



## PODER

# Congresso recua e decide obedecer ao STF

Parlamento informa ao Supremo que cumprirá a decisão da Corte de dar transparência às emendas do relator

» JORGE VASCONCELLOS

Depois de afirmar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que limitações técnicas impossibilitam dar transparência aos nomes de parlamentares favorecidos com emendas do relator, as RP9, o Congresso fez um recuo estratégico. Documento encaminhado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), à ministra Rosa Weber, por meio da Advocacia da Casa, informa que o Legislativo solicitou ao relator-geral do Orçamento de 2021, senador Marcio Bittar (PSL-AC), o detalhamento dos nomes de congressistas que fizeram indicações dentro do orçamento secreto.

As emendas do relator foram suspensas pelo plenário do STF no início de novembro. Na ocasião, o colegiado confirmou a decisão monocrática de Rosa Weber que, além de suspender o repasse das verbas, determinou que Executivo e Congresso tornem transparentes as finalidades, os recursos e os nomes dos parlamentares beneficiados com o orçamento secreto em 2020 e 2021.

O entendimento da Corte é de que as RP9, ao contrário das emendas individuais e de bancadas, dificultam a fiscalização dos recursos públicos, por não serem administradas de forma transparente. As negociações em torno das emendas do relator são feitas de maneira informal entre a cúpula do Congresso e um seleto grupo de parlamentares aliados.

No documento enviado a Rosa Weber, Pacheco informa que deu ao senador Marcio Bittar 180 dias para que as providências sejam tomadas. Segundo o texto, deverão ser adotadas as medidas “necessárias para o cumprimento das citadas deliberações do Congresso Nacional e da mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal”. Embora Pacheco tenha informado sobre o pedido a Bittar, nenhuma solicitação dessa natureza foi feita ao relator-geral do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE).

Esse recuo do Congresso ocorre no contexto de uma tentativa de convencer o Supremo a rever a decisão que suspendeu a execução das emendas de relator. Está em jogo uma cifra de R\$ 7,5 bilhões, que pode se tornar uma dotação orçamentária perdida caso o tribunal não mude de posicionamento.

Com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Pacheco

tem se esforçado para salvar esses recursos bilionários. Nesta semana, os dois parlamentares conduziram a aprovação de um projeto de resolução do Congresso estabelecendo um teto para as RP9, a partir de 2022, e prevendo que as indicações e solicitações que fundamentaram as emendas sejam publicadas no site da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Porém, não está claro se o nome do parlamentar que pediu as emendas será publicizado.

Além do projeto de resolução, um ato conjunto das Mesas da Câmara e do Senado, também nesta semana, determinou a publicação, no site da CMO, dos pedidos que fundamentam as indicações do relator-geral do Orçamento a partir de 26 de novembro, mas não retroativamente. O documento informa que há “risco grave, iminente e irreparável, decorrente da não execução orçamentária” dessas emendas até o fim de 2021, em referência à paralisação de obras e outros investimentos nos estados.

### R\$ 7 bilhões

Os presidentes das duas Casas do Congresso também já enviaram petição ao STF solicitando o restabelecimento dessas emendas na execução do Orçamento.

Para o Orçamento deste ano, foram aprovados R\$ 16,8 bilhões em emendas do relator. Desse total, R\$ 9,3 bilhões foram empenhados, ou seja, reservados para pagamento de obras, serviços e equipamentos em redutos eleitorais de parlamentares.

Segundo o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, os R\$ 7,5 bilhões restantes, se não forem empenhados até o fim deste ano, permanecerão nos cofres do Tesouro Nacional.

“Se não houver empenho, a dotação orçamentária é perdida. Tem de haver duas coisas: primeiro, uma liberação dos recursos pelo STF; segundo, como a execução dessas emendas não é obrigatória, tem de ter a anuência do Executivo para liberar esses R\$ 7 bilhões. Isso tudo tem de ocorrer até o fim de dezembro”, disse o economista. “Se forem empenhados em dezembro, mesmo que não sejam pagos neste mês, eles podem entrar em 2022 como restos a pagar. A luta é para que haja o empenho ainda neste ano”, acrescentou.

Geraldo Magela/Agência Senado



Pacheco (E), presidente do Congresso: Parlamento tinha informado, antes, ao STF ser impossível listar parlamentares contemplados

### » Orçamento: votação dia 17

Após a aprovação da PEC dos Precatórios no Senado, o Congresso alterou o cronograma do Orçamento de 2022 para votar a proposta até 17 de dezembro. Com os atrasos até agora, o novo calendário estipula uma tramitação “relâmpago” das principais decisões que determinarão o tamanho e o destino das verbas federais no próximo ano, período de eleições presidenciais. O relatório geral do Orçamento só deve ser conhecido em 16 de dezembro. Ou seja, haverá o intervalo de um dia entre a publicação do parecer e a votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no plenário.

## Até R\$ 16 bilhões no ano que vem

O relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), apresentou ontem, o parecer preliminar da proposta orçamentária, autorizando expressamente a destinação de verbas para as emendas do orçamento secreto em 2022.

O relatório garante uma reserva de R\$ 1,2 bilhão em emendas RP9 no próximo ano, mas abre uma brecha para turbinar o valor após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. Na prática, os recursos podem superar R\$ 16 bilhões.

Na última semana, o Congresso editou um ato conjunto e aprovou um projeto de resolução mantendo as emendas de relator no Orçamento.

O parecer preliminar cita um limite para as emendas do relator equivalente à soma de todas as verbas indicadas individualmente pelos deputados e senadores e

pelos bancadas estaduais, o que representa R\$ 16,2 bilhões para 2022. Com isso, o relator poderá carimbar metade de todas as emendas aprovadas pelo Congresso. A PEC dos Precatórios pode elevar o valor para R\$ 17 bilhões, pois altera o teto de gastos e mexe diretamente no cálculo das emendas.

### Estratégia

Hugo Leal repetiu a estratégia dos relatores dos dois anos anteriores e autorizou a si próprio a carimbar emendas para ações e serviços públicos que contemplam praticamente todo o Orçamento da União. Ele poderá carimbar emendas aumentando os gastos federais em 20 programações específicas, além de “acréscimo de recursos nas programações constantes do projeto de lei orçamentária anual”, ou seja, abrangendo todo o Orçamento conforme o interesse dos

parlamentares.

O parecer preliminar não define regras de como esses recursos serão distribuídos entre deputados e senadores. O que o documento estabelece é uma cesta de recursos para as emendas parlamentares que soma R\$ 90,6 bilhões, mas nem tudo pode ser usado em função do teto de gastos. A cesta de emendas é formada com o uso da reserva para emendas impositivas, a reestimativa de arrecadação da União em 2022 e o cancelamento de programações do Executivo.

Sem a PEC, o que está garantido: R\$ 10,5 bilhões para emendas individuais, R\$ 5,8 bilhões para emendas de bancada e R\$ 1,2 bilhão para emendas de relator, além de um saldo extra de R\$ 1,5 bilhão que sobrar em verbas discricionárias para distribuição entre relatores setoriais, bancadas estaduais, comissões e o próprio relator-geral.

## Decisão sobre PEC sairá na segunda

» CRISTIANE NOBERTO

A promulgação da PEC dos Precatórios tem provocado um impasse no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende que os pontos do texto que forem consenso entre a Casa e o Senado sejam desmembrados e promulgados, ainda neste mês. As demais partes, na avaliação dele, devem tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário da Câmara. Uma decisão deve ser tomada na segunda-feira.

A proposta sofreu uma séria de alterações em relação ao texto aprovado pelos deputados, por

isso, voltou para avaliação da Câmara. Um das mudanças deu um caráter permanente ao Auxílio Brasil, que tinha vigência apenas até dezembro de 2022, conforme previa a matéria avaliada pelos deputados. Além disso, vinculou todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social.

A PEC é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no

Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios.

Para o deputado Ivan Valente (PSol-SP), é uma manobra legislativa para tentarem utilizar os recursos rapidamente. “Querem liberar uma parte fiscal da PEC, que aos poucos foi crescendo e, agora, já são R\$ 106 bilhões. É uma manobra regimental heterodoxa, que não é legal”, criticou.

O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, destacou que “os deputados estão numa situação bastante difícil,

porque os senadores pressionam pelo respeito ao acordo que foi feito na Casa, de que a Câmara já teria analisado todas as mudanças feitas e, portanto, não haveria nenhum tipo de fatiamento”.

“Mas há quem defenda a questão do fatiamento e a análise do restante pelo trâmite normal, ou seja, CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e Comissão Especial. Isso, de qualquer forma, vai depender muito de uma negociação política”, ressaltou Noronha. “Há também um risco de o tema ser judicializado, e isso aumenta consideravelmente com a hipótese de uma de uma promulgação fatiada.”

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara, Lira defende o fatiamento da proposta